

Análise Econômico-Financeira: Um estudo em uma empresa de importação e exportação de grãos e derivados

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8043487>

Milena Vitória Rosa Fernandes

Bacharel em Ciências Contábeis - UFMT

Universidade Federal de Mato Grosso

vitoriamilena818@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9360-2673>

Clebia Ciupak Bocardi

Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho – Uninove, São Paulo (Brasil)

Vice-coordenadora da Pós-Graduação em Auditoria e Controladoria Empresarial da UFMT

clebia.ciupak@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7577-3230>

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo geral de demonstrar o desempenho econômico-financeiro da empresa em estudo nos períodos de 2018 a 2020. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, caracterizada por um estudo de caso. Os dados foram coletados nas demonstrações financeiras publicadas pela empresa, principalmente no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, tendo sido examinados pela análise documental visando analisar a informação contida na documentação para estabelecer circunstâncias de natureza econômica. Os resultados obtidos pela análise dos índices econômicos e financeiros, como também pela análise horizontal e vertical, indicam que a empresa possui bons índices de liquidez e rentabilidade, no entanto, apresenta pontos negativos no endividamento, em razão da dependência a recursos de terceiros, sobretudo a curto prazo. Concluiu-se que a situação financeira é favorável com boa capacidade de pagamento. Contudo, o nível de endividamento ocasiona limitações nas decisões financeiras da organização. Já a condição econômica apresenta eficiência na rentabilidade dos investimentos e na gestão dos ativos, assim como na geração de lucratividade e no rendimento aos sócios.

Palavras-chave: Análise das demonstrações contábeis. Situação econômico-financeira. Índices.

Economic-Financial Analysis: A study in an import and export company of grains and derivatives

Abstract

The present work has the general objective of demonstrating the economic-financial performance of the company under study in the periods from 2018 to 2020. The methodology used was a qualitative, exploratory research, characterized by a case study. The data were collected in the financial statements published by the company, mainly in the Balance Sheet and the Income Statement for the Year, having been examined by the documental analysis in order to analyze the information contained in the documentation to establish circumstances of an economic nature. The results obtained by the analysis of economic and financial indices, as well as the horizontal and vertical analysis, indicate that the company has good liquidity and profitability indices, however it has negative points in indebtedness, due to its dependence on third-party resources, especially in the short term. It was concluded that the financial situation is favorable with good ability to pay, however the level of indebtedness causes limitations in the financial decisions of the organization. The economic condition, on the other hand, presents efficiency in the profitability of investments and in the management of assets, as well as in the generation of profitability and income for shareholders.

Key-words: Analysis of financial statements. Economic and financial situation. Indexes.

1 Introdução

Considerando a competitividade no cenário empresarial e o panorama econômico global em constante mudança, torna-se essencial examinar a situação econômico-financeira das empresas. A contabilidade tem um papel fundamental nesta tarefa, pois propicia informações pertinentes para que seja identificado o desempenho e a saúde financeira da organização. Essas informações estão contidas nas demonstrações contábeis, sendo que, para estabelecer a condição financeira de uma entidade, é necessário realizar a análise de balanços; também conhecida como análise das demonstrações contábeis (SILVA, 2019).

De acordo com Ribeiro (2018, p. 7), “a análise de balanços é uma técnica contábil, que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da contabilidade”. Dessa maneira, a análise das demonstrações contábeis proporciona aos gestores a avaliação da condição das organizações, visto que fornece vários dados financeiros que auxiliam na tomada de decisão.

As demonstrações contábeis mais utilizadas para análise são o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, que evidenciam a posição patrimonial, financeira e econômica da entidade. Dentre as técnicas empregadas para analisar esses demonstrativos consistem a análise horizontal, análise vertical e na apuração dos índices financeiros e econômicos, que fornecem uma visão ampla do desempenho empresarial. Entretanto, na análise, os principais indicadores são: índice de liquidez, de endividamento e de rentabilidade (MARION, 2019; SILVA, 2019).

É importante enfatizar que a análise pode ser feita de forma interna ou externa. A interna ocorre dentro da empresa pelos próprios funcionários que detêm acesso as informações necessárias para um exame mais completo das demonstrações. Já a externa é realizada fora da entidade por um profissional externo que dispõe somente das informações contidas nas demonstrações financeiras divulgadas pela empresa (RIBEIRO, 2018). Nessa pesquisa, o exame ocorre de maneira externa, isto é, sem o acesso a informações internas.

Levando em conta o impacto econômico e social do setor de agropecuária no estado de Mato Grosso, é importante a avaliação do desempenho das entidades desse segmento para examinar suas perspectivas econômicas, bem como identificar os aspectos positivos e negativos. Diante disso, este estudo destaca o seguinte questionamento: Qual o desempenho

econômico-financeiro de uma empresa de importação e exportação de grãos e derivados entre os períodos de 2018 a 2020?

Em vista da questão problema, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de demonstrar o desempenho econômico-financeiro da empresa em estudo nos períodos de 2018 a 2020, acompanhado dos seguintes objetivos específicos: (a) analisar a tendência das principais contas patrimoniais e de resultado da empresa ao longo dos períodos de 2018 a 2020; (b) diagnosticar a liquidez da empresa, ou seja, sua capacidade de pagamento; (c) caracterizar o perfil de sua estrutura de capitais, mais precisamente a composição do seu endividamento; e (d) apresentar a rentabilidade do capital que é investido nesta empresa.

Vale ressaltar que a escolha do estudo em uma empresa de importação e exportação de grãos se deve à importância dessa atividade econômica no desenvolvimento da economia local. Conforme o resultado da pesquisa sobre o Produto Interno Bruto (PIB), divulgado pela Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAN), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia de Mato Grosso cresceu 4,1% entre 2018 e 2019, sendo que o setor de agropecuária registrou aumento de 11,5%. Além disso, esse setor contribuiu com a maior participação na economia estadual com incremento de 21,4% (TAKAHARA, 2021).

2 Referencial Teórico

Apresenta-se à seguir os principais aspectos da análise das demonstrações contábeis e, posteriormente, as técnicas de análise como a análise horizontal e vertical dos demonstrativos, bem como os índices econômicos e financeiros.

2.1 Análise das Demonstrações Contábeis

A análise das demonstrações contábeis (ADC) é uma técnica contábil utilizada para demonstrar a situação econômico-financeira de uma determinada empresa, sendo comum afirmar que essa análise é tão antiga quanto a própria contabilidade. Contudo, seu surgimento e desenvolvimento se deu dentro do sistema bancário, pois, no final do século XIX, os banqueiros americanos passaram a exigir das empresas, que pretendiam requerer empréstimos, as suas demonstrações (MARION, 2019; MATARAZZO, 2010). Tal análise se solidificou com o surgimento dos Bancos Governamentais, que desejavam a análise econômico-financeira das empresas que requisitavam financiamentos. O advento das

empresas de Sociedade Anônima (S/A), mediante à abertura do capital, também impulsionou a atividade de ADC para atender aos acionistas, que se interessam pela saúde financeira da organização (MARION, 2019).

Para Iudícibus (2017, p. 14), “a análise de balanços se caracteriza como a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos”. Silva (2019, p. 4) complementa que:

A análise das demonstrações contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas à apuração de indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica).

Desta forma, a ADC consiste em uma ferramenta importante para a gestão financeira, além de um instrumento útil na tomada de decisão dos gestores. Colaborando com essa concepção Assaf Neto (2020, p. 45) afirma que “a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras”. Matarazzo (2010, p. 3) também destaca que “a análise de balanços objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões”.

Ademais, Marion (2019) e Assaf Neto (2020) estabelece que todas as demonstrações contábeis são suscetíveis de análise, sendo elas as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (ou Mutações do PL);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Entretanto, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício são os demonstrativos com maior ênfase, pois evidenciam de maneira objetiva a situação econômico-financeira (MARION, 2019).

É importante salientar que a análise das demonstrações contábeis é efetuada mediante às técnicas de análise, que consistem no exame horizontal e vertical, assim como através dos índices. Os principais aspectos sobre essas técnicas serão relatados a seguir com maior detalhamento.

2.2 Análise Horizontal e Vertical

A análise horizontal e vertical possibilita identificar pormenores e avaliar cada conta ou grupo de contas das demonstrações financeiras, de maneira isolada. Por intermédio dessa técnica de análise, é possível obter maior detalhamento, proporcionando ao analista reconhecer as circunstâncias da empresa estar em determinada situação. Mesmo que não propicie uma visão ampla da empresa, essa análise permite localizar aspectos específicos das demonstrações contábeis (MATARAZZO, 2010; MARTINS et al., 2020).

Assaf Neto (2020, p. 107) acrescenta, ainda, que “a análise horizontal relaciona cada item de um demonstrativo financeiro com o mesmo item apurado em exercício passado (período-base), revelando a evolução de seus valores”. Além disso, como descreve Matarazzo (2010), tal processo tem a finalidade de demonstrar a evolução da empresa, com base na comparação de cada conta das demonstrações contábeis.

Sobre a análise vertical, Assaf Neto (2020, p. 107) afirma que “destaca a participação de cada conta em relação a um total comparável do demonstrativo financeiro”. Entretanto, o valor-base utilizado no cálculo varia dependendo do demonstrativo, no caso do Balanço Patrimonial é usado o valor total do Ativo, enquanto que na Demonstração do Resultado do Exercício é o valor da receita líquida de vendas (MATARAZZO, 2010).

Iudícibus (2017) completa que a análise vertical é significativa por examinar a estrutura de composição das contas e sua evolução no decorrer dos anos. Em relação ao objetivo desse exame, Matarazzo (2010, p. 176) acrescenta que visa “mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação (...) com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permite inferir se há itens fora das proporções normais”. Portanto, esses dois exames são complementares e devem ser realizadas para ampliar a avaliação do desempenho econômico-financeiro da empresa.

2.3 Análise através de Índices

Segundo Bazzi (2019), a análise das demonstrações financeiras é feita por meio do cálculo de índices que possibilita determinar o desempenho da empresa, seja no passado, presente ou futuro. O estudo dos índices revela as informações relevantes e as possíveis tendências, bem como estabelece comparações entre os indicadores através dos resultados obtidos nos anos anteriores.

Colaborando com essa perspectiva, Matarazzo (2010) afirma que o índice compreende a relação entre as contas individuais ou grupos de contas dos demonstrativos, tendo em vista demonstrar determinados aspectos econômicos e financeiros de uma entidade. Iudicibus (2017, p. 103) complementa que “a finalidade da análise é mais do que retratar o que aconteceu no passado; as informações progressas fornecem sempre algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro e assim identificar tendências que podem contribuir para decisões preditivas”.

Para realizar uma boa análise, Matarazzo (2010) ressalta que o ideal é calcular um conjunto de indicadores que permita demonstrar a real condição da empresa, tendo em consideração o nível de profundidade almejada na análise. O autor acrescenta que o exame das demonstrações contábeis pode ser subdividido em duas análises, a primeira no que condiz à situação financeira e a segunda em relação a situação econômica. Essas análises devem ser feitas separadamente, mas as informações obtidas precisam ser unidas para determinar, de maneira ampla, o desempenho da entidade.

Marion (2019) explica que a análise pode ser realizada por meio dos três índices básicos: liquidez, rentabilidade e endividamento. Ademais, Matarazzo (2010) estabelece que a situação financeira é determinada pelos índices de liquidez e estrutura de capital, tal como a situação econômica é definida pelos índices de rentabilidade.

2.4 Índices Econômicos e Financeiros

Os índices econômicos e financeiros evidenciam a situação patrimonial da empresa, bem como os pontos positivos e negativos do seu desempenho. O principal objetivo dessa seção é apresentar o conceito, a finalidade e o cálculo dos indicadores de liquidez, de estrutura de capitais e de rentabilidade.

2.4.1 Índice de Liquidez

De acordo com Martins et al. (2020), os índices de liquidez mostram a capacidade financeira de uma empresa frente às obrigações assumidas, assim como indica a possibilidade de continuidade das suas operações. Ademais, Marion (2019) destaca que esses índices são usados para observar a capacidade de pagamento da entidade, sendo que essa avaliação pode ser de longo prazo, curto prazo ou de prazo imediato.

Logo, os índices de liquidez demonstram o desempenho financeiro, ou seja, o grau de solvência da empresa. Para efetuar a análise, é utilizado os seguintes índices: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral (MATARAZZO, 2010).

O índice de liquidez corrente (LC) evidencia a capacidade de pagamento da empresa em relação às suas obrigações de curto prazo (RIBEIRO, 2018). Martins et al. (2020, p. 110) completam que “o índice de liquidez corrente mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (Ativo Circulante) para cada real de dívidas de curto prazo (Passivo Circulante)”. Esse índice é representado pela fórmula, conforme Matarazzo (2010):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para Assaf Neto (2020), o índice de liquidez seca (LS) estabelece a capacidade financeira da empresa, através da utilização dos recursos disponíveis nas contas de disponibilidades e valores a receber. Martins et al. (2020, p. 111) definem que:

O índice de liquidez seca mostra a parcela das dívidas de curto prazo (Passivo Circulante) que poderiam ser pagas pela utilização de itens de maior liquidez no Ativo Circulante, basicamente disponível e contas a receber. Em outras palavras, mostra quanto a empresa possui de Ativos líquidos para cada real de dívida de curto prazo.

Os autores também estabelecem que a liquidez seca é medida através da fórmula:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para Iudícibus (2017), o índice de liquidez imediata (LI) determina os recursos financeiros que dispomos, de forma imediata, para cumprir nossas obrigações de curto prazo. A disponibilidade imediata de recursos consiste em quanto a empresa possui de dinheiro em caixa e equivalente de caixa (RIBEIRO, 2018). Em conformidade com Martins et al. (2020), esse índice é definido pela fórmula:

$$LI = \frac{\text{Caixa e Equivalente de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Silva (2019) destaca que o índice de liquidez geral (LG) demonstra a capacidade financeira da empresa a longo prazo, levando em consideração os recursos a curto e a longo prazo em relação às dívidas assumidas a curto e a longo prazo. Martins et al. (2020, p. 112) corroboram com essa concepção ao afirmarem que:

O índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazos (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) para cada real de dívidas de curto e longo prazos (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante). (...) Em outras palavras, ele evidencia a capacidade de saldar todos os compromissos assumidos pela empresa.

Ainda segundo os autores, o índice é obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

2.4.2 Índice de Estrutura de Capitais

Martins et al. (2020) descrevem que os índices de estrutura de capitais apontam as relações estabelecidas entre as fontes de financiamento, seja de recursos próprios ou de terceiros, visando determinar o nível de dependência a recursos externos. Ribeiro (2018) acrescenta que esses índices objetivam demonstrar o grau de endividamento da empresa, em virtude das origens dos capitais investidos no patrimônio.

Desse modo, tal análise demonstra o grau de participação dos recursos próprios e de terceiros no financiamento dos ativos, além de enfatizar as decisões financeiras em relação a obtenção e aplicação de recursos na empresa. Sendo assim, os seguintes índices são usados nessa análise: endividamento, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes (MATARAZZO, 2010; SILVA, 2019).

De acordo com Martins et al. (2020), o índice de endividamento expressa o quanto a empresa depende de recursos captados de terceiros em comparação aos recursos financeiros internos. Matarazzo (2010) reforça que, no caso de apresentar maior utilização de capitais de terceiros do que capitais próprios no financiamento dos ativos, a empresa terá maior dependência aos recursos externos, além de menor liberdade nas decisões financeiras.

No entanto, um índice de endividamento alto não significa, obrigatoriamente, problemas financeiros para a empresa, visto que, na perspectiva de rentabilidade, pode ser vantajoso operar com recursos de terceiros, contanto que o custo de captação desses recursos seja menor que a lucratividade propiciada pelo negócio (SILVA, 2019). O índice é calculado pela fórmula, segundo Martins et al. (2020):

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Bazzi (2019) estabelece que a composição de endividamento (CE) evidencia quanto do endividamento total a empresa deverá pagar a curto prazo. Esse índice permite identificar o perfil de dívida da empresa, sendo comum recursos de longo prazo serem aplicados no ativo não circulante, enquanto que os recursos de curto prazo são utilizados para financiar o ativo circulante (SILVA, 2019; MARTINS et al., 2020).

É preciso destacar que a empresa em expansão deve ter suas dívidas concentradas no longo prazo, em razão de que “se a composição do endividamento apresentar significativa concentração no passivo circulante (curto prazo), a empresa poderá ter dificuldades num momento de reversão do mercado (o que não aconteceria se as dívidas estivessem no longo prazo) (MARION, 2019, p. 91). O índice é representado pela fórmula, conforme Martins et al. (2020):

$$CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$$

Ainda de acordo com os autores, o índice de imobilização do patrimônio líquido (IPL) aponta o quanto de recursos próprios foram investidos em ativos de baixa liquidez (ativo permanente), isto é, quanto do ativo fixo é financiado pelo patrimônio líquido evidenciando, assim, o nível de dependência a recursos de terceiros para manutenção dos negócios. Matarazzo (2010, p. 93) ainda ressalta que “quanto mais a empresa investir no ativo permanente, menos recursos próprios sobrarão para o ativo circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do ativo circulante”.

O ideal para esse índice é que a entidade utilize os recursos próprios para financiar o ativo circulante para, desse modo, reduzir o grau de dependência dos recursos de terceiros (MARTINS et al., 2020). Martins et al. (2020) determinam que o índice é definido pela fórmula:

$$IPL = \frac{\text{Ativo Não Circulante} - \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Ainda segundo os autores, o índice de imobilização dos recursos não correntes (IRÑC) traz o quanto de recursos de longo prazo foram aplicados no ativo permanente (imobilizados, investimentos e intangíveis). Como os elementos do ativo fixo têm uma vida útil mais longa, sua aquisição não precisa ser através de recursos próprios, em virtude de que é possível utilizar recursos captados por meio dos financiamentos a longo prazo, contando que o prazo de pagamento da dívida seja compatível com a vida útil do imobilizado e o período de vencimento seja suficiente para a entidade gerar recursos e, em sequência, quitar os compromissos do longo prazo (MATARAZZO, 2010; SILVA, 2019). Vale frisar que:

Se o índice apresentar um resultado superior a 1,0 (100%), indica que o patrimônio líquido e o exigível a longo prazo não são suficientes para cobrir os investimentos em ativos permanentes. Nessa situação, conclui-se que o passivo circulante (dívidas de curto prazo) está financiando uma parte dos investimentos permanentes, o que revela um sinal de desequilíbrio financeiro (ASSAF NETO, 2020, p. 150).

O índice é obtido através da seguinte fórmula, de acordo com Martins et al. (2020):

$$IR\tilde{N}C = \frac{\text{Ativo Não Circulante} - \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo Não Circulante}} \times 100$$

2.4.3 Índice de Rentabilidade

Nos tópicos anteriores, o enfoque foi na análise financeira da entidade por meio dos índices de liquidez e endividamento. Neste momento, este trabalho passa a dar ênfase na análise econômica, através dos indicadores de rentabilidade. A avaliação da rentabilidade é de extrema importância para a manutenção do negócio, tendo em vista que sem ela a continuidade da empresa fica comprometida (MARTINS et al., 2020).

Os índices de rentabilidade utilizados são: retorno sobre o investimento, giro do ativo, margem operacional e retorno sobre o patrimônio líquido (MATARAZZO, 2010; SILVA, 2019).

O retorno sobre o investimento (ROI), também conhecido como rentabilidade do ativo, evidencia quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo, ou seja, mostra o potencial de geração de lucro com seus investimentos totais (MATARAZZO, 2010). Martins et al. (2020) explicam que esse indicador trabalha com o lucro operacional obtido antes dos efeitos das despesas financeiras, sendo assim, o numerador da fórmula deve ser o lucro operacional líquido ajustado (LOL), que deduz as despesas financeiras e o efeito delas no imposto de renda a pagar. Para obter esse lucro ajustado, é necessário que seja efetuado o cálculo: o lucro líquido mais despesas financeiras, menos o imposto de renda sobre as despesas financeiras, conforme demonstrado a seguir:

$$LOL = \text{Lucro Líquido} + \text{Despesas Financeiras (líquidas do imposto de Renda)}$$

Os autores ainda complementam que o denominador é composto pelos investimentos presentes no ativo, todavia, esse investimento consiste no ativo total (AT) deduzido o valor dos passivos operacionais (PO) de curto e longo prazo, em conformidade com o cálculo abaixo:

$$\text{Investimentos} = \frac{\text{AT (inicial)} - \text{PO (iniciais)} + \text{AT (final)} - \text{PO (finais)}}{2}$$

Portanto, esse índice é medido através da fórmula:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido Ajustado}}{\text{Investimentos}} \times 100$$

Para Silva (2019), o índice de giro do ativo (GA) indica o grau de eficiência na aplicação dos investimentos pela relação entre as receitas líquidas de vendas do período e os investimentos totais. No entanto, como dito anteriormente, a composição dos investimentos consiste no ativo total diminuído do valor dos passivos operacionais (MARTINS et al., 2020). De acordo com o autor, o índice é representado pela fórmula:

$$\text{GA} = \frac{\text{Receitas Líquidas}}{\text{Investimentos}} \times 100$$

O índice de margem operacional (MO) demonstra a margem de lucratividade realizada pela empresa em virtude das suas vendas, ou seja, compara-se o lucro líquido com as vendas líquidas (RIBEIRO, 2018; SILVA, 2019). Contudo, como exposto anteriormente, considera-se como lucro líquido aquele obtido antes dos efeitos das despesas financeiras, melhor dizendo, o lucro operacional líquido ajustado.

Além disso, é necessário ressaltar que:

Empresas com alta rotatividade de estoques, como empresas comerciais, tendem a apresentar margens menores que empresas com baixos giros, como geradoras de energia elétrica, refinarias de petróleo, indústrias automobilísticas etc. A análise apenas da margem, sem considerar a estrutura de capitais, pode conduzir a conclusões enviesadas (MARTINS et al., 2020, p. 177).

Ainda conforme os autores, esse índice é definido pela fórmula:

$$\text{MO} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido Ajustado}}{\text{Receitas Líquidas}} \times 100$$

O índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RPL) revela a capacidade da empresa de remunerar seus sócios pelo capital investido. Dessa forma, traz à luz a eficiência na gestão dos recursos próprios em benefício dos sócios. Para analisar a taxa de rendimento

do capital próprio, é preciso comparar o valor do lucro líquido do período com a média do capital investido pelos sócios (MARTINS et al., 2020; MATARAZZO, 2010).

O índice é calculado através da seguinte fórmula, segundo Matarazzo (2010):

$$RPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

De acordo com Silva (2019) o Patrimônio Líquido Médio (PLM) é obtido pela soma do Patrimônio Líquido do período anterior com do período em exercício, dividido por dois. Conforme fórmula abaixo:

$$PLM = \frac{\text{Patrimônio Líquido Inicial} + \text{Patrimônio Líquido Final}}{2}$$

Após a apresentação dos índices e de suas respectivas fórmulas, pode-se prosseguir para exposição da metodologia empregada na pesquisa.

3 Metodologia

A presente pesquisa tem os métodos de elaboração delineados quanto à abordagem do problema, aos objetivos e aos procedimentos.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois o estudo apresentado efetua a análise dos aspectos qualitativos do patrimônio da empresa por meio de suas demonstrações contábeis, tendo em vista descrever suas características econômicas e financeiras. Nesse caso, a abordagem qualitativa executa um estudo amplo do objeto de pesquisa, para compreender a subjetividade de determinado problema tendo em consideração o contexto em que está inserido. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Gil (2019, p. 26) “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Dessa forma, a pesquisa buscou identificar e relacionar as informações obtidas pelo uso dos métodos de análise para proporcionar uma avaliação mais abrangente sobre a empresa em estudo.

Acerca dos procedimentos técnicos, a pesquisa faz um estudo de caso que para Gil (2019, p. 62) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Desse modo, foi examinada uma empresa

específica do setor de agropecuária em Cuiabá-MT, denominada na pesquisa como Grão na Mesa Ltda.

No que se refere a coleta de dados, a unidade de análise usada foi o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício da empresa nos períodos de 2018 a 2020. Enquanto que, o instrumento de coleta abrange a documentação contida do relatório de demonstrações financeiras divulgada pela entidade. É importante destacar que o pesquisador não teve acesso aos dados internos da entidade, logo a análise ocorreu de forma externa por meio dos seus relatórios contábeis que foram obtidos no seu site corporativo.

Como a empresa é constituída como uma sociedade limitada não há obrigatoriedade de publicar suas demonstrações, todavia a mesma realiza a divulgação anualmente, pois visa a transparência de suas atividades e manutenção das relações com seus clientes.

No que tange a análise dos dados, efetuou-se uma análise documental, em conformidade com Richardson (2017, p. 248) “a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”. Portanto, foi feita a aplicação das técnicas de análise nos demonstrativos da empresa analisada. Inicialmente, foi realizado a análise horizontal e vertical no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, onde examinou-se a participação das contas em relação ao grupo de contas e a evolução dessas contas ao longo dos anos.

Depois foi efetuado o cálculo dos indicadores financeiros e econômicos com os dados extraídos dos demonstrativos. Com os índices calculados, a pesquisadora fez a análise do comportamento dos indicadores, em conformidade com os parâmetros estabelecido no referencial teórico, tendo em vista estabelecer os indicadores favoráveis e desfavoráveis no desempenho da entidade.

4 Resultado e Análise dos Resultados

O propósito do capítulo atual é apresentar as características da empresa examinada e suas demonstrações contábeis, juntamente com as técnicas de análise descritas no referencial teórico, com a finalidade de apontar os principais aspectos da sua situação econômico-financeira.

4.1 Apresentação da empresa em estudo

A empresa Grão na Mesa Ltda, nome fictício definido para preservar a referida entidade, atua no ramo agrícola desde a década de 80, realizando a comercialização de grãos (soja, algodão e milho) e derivados, sendo que está estabelecida no Brasil, no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. As principais atividades desempenhadas são a produção agrícola de grãos, beneficiamento de sementes e a comercialização de óleo de soja e de fertilizantes, bem como a importação e exportação de soja.

4.2 Análise Horizontal e Vertical

A tabela 1 mostra a análise horizontal e vertical do Balanço Patrimonial da empresa analisada entre os anos de 2018, 2019 e 2020. A apresentação das contas desse demonstrativo se dá por contas agregadas.

Tabela 1 - Análise Horizontal (AH) e Vertical (AV) do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL									
	2018	AV	AH	2019	AV	AH	2020	AV	AH
ATIVO									
Ativo Circulante	7.483.957	64,2	100,0	7.225.643	62,0	96,5	18.180.433	76,9	242,9
Caixa e equivalentes de caixa	652.760	5,6	100,0	574.402	4,9	88,0	2.143.861	9,1	328,4
Aplicações financeiras	1.502.068	12,9	100,0	1.556.031	13,4	103,6	2.077.733	8,8	138,3
Contas a receber de clientes	743.296	6,4	100,0	1.148.524	9,9	154,5	737.764	3,1	99,3
Estoques	1.288.480	11,0	100,0	885.862	7,6	68,8	1.410.570	6,0	109,5
Operações com corretoras	9.458	0,1	100,0	206.509	1,8	2.183,4	1.825.218	7,7	19298,1
Instr. financeiros derivativos	454.789	3,9	100,0	520.136	4,5	114,4	6.091.112	25,8	1339,3
Ativo Não Circulante	4.177.831	35,8	100,0	4.425.135	38,0	105,9	5.471.987	23,1	131,0
Aplicações financeiras	39.735	0,3	100,0	39.003	0,3	98,2	42.062	0,2	105,9
Contas a receber de clientes	5.173	0,0	100,0	8.667	0,1	167,5	4.098	0,0	79,2
Instr. financeiros derivativos	140.681	1,2	100,0	130.601	1,1	92,8	425.964	1,8	302,8
Investimentos	790.709	6,8	100,0	838.506	7,2	106,0	1.067.603	4,5	135,0
Imobilizado	2.854.536	24,5	100,0	3.027.408	26,0	106,1	3.637.786	15,4	127,4
Intangível	8.339	0,1	100,0	6.530	0,1	78,3	6.590	0,0	79,0
TOTAL DE ATIVO	11.661.788	100,0	100,0	11.650.778	100,0	99,9	23.652.420	100,0	202,8
PASSIVO									
Passivo Circulante	3.463.704	29,7	100,0	3.616.624	31,0	104,4	12.174.926	51,5	351,5
Fornecedores	639.436	5,5	100,0	872.508	7,5	136,4	1.809.855	7,7	283,0
Empréstimos e financiamentos	1.266.937	10,9	100,0	1.711.213	14,7	135,1	4.057.661	17,2	320,3
Impostos e contribuições a recolher	18.672	0,2	100,0	43.006	0,4	230,3	27.754	0,1	148,6
Salários, férias e encargos sociais	91.245	0,8	100,0	84.975	0,7	93,1	110.044	0,5	120,6
Instr. financeiros derivativos	378.191	3,2	100,0	558.326	4,8	147,6	5.472.837	23,1	1447,1
Passivo Não Circulante	4.979.805	42,7	100,0	4.497.119	38,6	90,3	6.421.093	27,1	128,9
Empréstimos e financiamentos	4.516.493	38,7	100,0	4.109.689	35,3	91,0	5.814.418	24,6	128,7
Impostos e contribuições a recolher	0	0,0	0,0	16.921	0,1	0,0	2.651	0,0	0,0
Instr. financeiros derivativos	123.960	1,1	100,0	50.428	0,4	40,7	384.285	1,6	310,0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.218.279	27,6	100,0	3.537.035	30,4	109,9	5.056.401	21,4	157,1
Capital social	823.875	7,1	100,0	823.875	7,1	100,0	823.875	3,5	100,0
Ajuste acumulado de conversão	1.016.532	8,7	100,0	1.148.326	9,9	113,0	1.789.256	7,6	176,0
Reserva de retenção de lucros	1.116.046	9,6	100,0	1.298.421	11,1	116,3	2.070.689	8,8	185,5
Participação de não controladores	186.222	1,6	100,0	152.612	1,3	82,0	199.881	0,8	107,3
TOTAL DE PASSIVO	11.661.788	100,0	100,0	11.650.778	100,0	99,9	23.652.420	100,0	202,8

Fonte: Balanço Patrimonial da Grão na Mesa Ltda de 2018, 2019 e 2020 adaptado pela autora

Ao observar os resultados demonstrados na análise horizontal da Tabela 1, nota-se que o ativo total da empresa cresceu 102,8% no período de 2018 a 2020. Esse crescimento advém, principalmente, do aumento expressivo do Ativo Circulante de 142,9%, em 2020, enquanto o Ativo Não Circulante demonstrou apenas 31% de aumento, no mesmo período. É importante frisar que não houve alterações significativas na estrutura do ativo, posto que os recursos permaneceram aplicados, em sua maioria, no Ativo Circulante.

De acordo com a análise vertical, em 2018, 64,2% dos recursos financeiros estavam investidos em ativos de curto prazo, percentual esse que foi para 62%, em 2019, e 76,9%, em 2020. O aumento do percentual aconteceu por causa das variações positivas na análise horizontal das contas de instrumentos financeiros derivativos (1.239,3%), operações com corretoras (19.198,1%) e caixa e equivalente de caixa (228,4%), em 2020.

Quanto ao Ativo Não Circulante, percebe-se que ocorreu uma redução na aplicação dos recursos nesse item, dado que o percentual representava 35,8%, em 2018, 38%, em 2019, e 23,1%, em 2020. Apesar disso, as principais contas do grupo evidenciaram variações positivas na análise horizontal, a conta investimentos obteve crescimento de 6%, em 2019, e 35%, em 2020. Já a conta imobilizado apresenta aumento de 6,1% e 27,4%, respectivamente, em 2019 e 2020.

Com base nisso, pode-se constatar que os recursos disponíveis são alocados prioritariamente no Ativo Circulante do que no Ativo Permanente, sobretudo nas operações com instrumentos financeiros derivativos.

Examinando o Passivo Circulante, verifica-se que houve aumento de 4,1% para 251,5% entre os anos de 2019 e 2020, assim, esse item patrimonial consiste no principal grupo de financiamento de recursos. Este aumento decorre das principais variações positivas na análise horizontal das contas, sendo elas instrumentos financeiros derivativos (1.347,1%), empréstimos e financiamentos (220,3%) e fornecedores (183%), em 2020.

Já o Passivo Não Circulante obteve uma redução de 9,7%, em 2019, mas apresentou um crescimento de 28,9%, em 2020. Além disso, o percentual diminuiu na análise vertical de 42,7% para 38,6% entre os períodos de 2018 a 2019, em seguida reduziu para 27,1%, em 2020. Isso aponta que, as fontes de recursos de curto prazo apresentaram crescimento maior que as de longo prazo.

Em 2020, o Patrimônio Líquido apresentou aumento de 57,1%, entretanto, acerca do total de passivo, demonstra queda de 27,6%, para 21,4%, entre os anos de 2018 e 2020. Esse grupo tem como contas representativas: a reserva de retenção de lucros que abrange os lucros

não distribuídos aos sócios destinados aos investimentos na entidade e ajuste acumulado de conversão que reconhece os ganhos obtidos com as oscilações cambiais.

Diante do exposto, a estrutura do passivo revela que o Passivo Circulante cresceu mais que o Ativo Circulante, desse modo, os recursos de curto prazo, em sua maioria, foram financiados pelo exigível a curto prazo.

A tabela 2 expõe a análise horizontal e vertical da Demonstração do Resultado do Exercício do período de 2018, 2019 e 2020.

Tabela 2 - Análise Horizontal (AH) e Vertical (AV) da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO									
	2018	AV	AH	2019	AV	AH	2020	AV	AH
Receita operacional líquida	16.765.682	100,00	100,0	18.011.902	100,0	107,4	22.286.509	100,0	132,9
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	15.489.478	92,39	100,0	16.599.721	92,2	107,2	19.819.496	88,9	128,0
Lucro bruto	1.276.204	7,61	100,0	1.412.181	7,8	110,7	2.467.013	11,1	193,3
Despesas com vendas	323.147	1,93	100,0	450.435	2,5	139,4	481.585	2,2	149,0
Despesas administrativas	371.312	2,21	100,0	377.794	2,1	101,7	404.591	1,8	109,0
Provisão para perdas em recebíveis	3.799	0,02	100,0	18.143	0,1	477,6	13.698	0,1	360,6
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	7.370	0,04	100,0	63.671	0,4	863,9	84.415	0,4	1145,4
Resultado da equivalência patrimonial	44.953	0,27	100,0	45.265	0,3	100,7	34.842	0,2	77,5
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	637.867	3,80	100,0	547.403	3,0	85,8	1.517.566	6,8	237,9
Receitas financeiras	661.605	3,95	100,0	1.068.275	5,9	161,5	2.089.974	9,4	315,9
Despesas financeiras	583.533	3,48	100,0	1.024.045	5,7	175,5	1.881.325	8,4	322,4
Varição cambial líquida	129.779	0,77	100,0	52.549	0,3	40,5	329.594	1,5	254,0
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(51.707)	-0,31	100,0	96.779	0,5	-187,2	(120.945)	-0,5	233,9
Resultado antes dos impostos	586.160	3,50	100,0	644.182	3,6	109,9	1.396.621	6,3	238,3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82.872	0,49	100,0	27.169	0,2	32,8	213.478	1,0	257,6
Imposto de renda e contribuição social correntes	112.286	0,67	100,0	178.780	1,0	159,2	351.245	1,6	312,8
Resultado do exercício	391.002	2,33	100,0	492.571	2,7	126,0	1.258.854	5,6	322,0

Fonte: DRE da Grão na Mesa Ltda de 2018, 2019 e 2020 adaptado pela autora

Como pode ser percebido na Tabela 2, as receitas líquidas indicam crescimento de 7,4%, em 2019, e 32,9%, em 2020, porém o CPV reduziu de 92%, em 2018 e 2019, para 88,9% em absorção das vendas, em 2020. Por essa razão, o lucro bruto subiu 10,7% para 93,3%, em 2019 e 2020, representando 7,8% e 11,1% das vendas no mesmo período.

Felizmente, para a empresa, suas despesas operacionais e financeiras mantiveram uma variação aceitável, tendo uma participação no total de vendas, em 2020, de 2,2% das despesas com vendas, 1,8% das despesas administrativas e 8,4% das despesas financeiras. É perceptível que as receitas financeiras cresceram maciçamente, o percentual passou de 3,9% para 5,9%, entre os períodos de 2018 e 2019, em seguida chegou a 9,4%, em 2020. Além disso, apresentou variação positiva na análise horizontal de 61,5% e 215,9%, em 2019 e 2020.

Esse acréscimo no percentual das receitas financeiras, entre os anos de 2018 e 2020, foi considerável para impulsionar a proporção do resultado do exercício, com crescimento na análise horizontal de 26% e 222%, nos períodos de 2019 e 2020, representando de 2,3%,

2,7% e 5,6% das vendas, respectivamente, em 2018, 2019 e 2020. Além das receitas financeiras, o aumento das receitas líquidas contribuiu para essa variação no lucro do exercício.

Logo, pode-se inferir que as receitas líquidas tiveram uma evolução mais significativa em consideração aos custos e despesas operacionais, demonstrando eficiência no gerenciamento dos ativos da empresa (ASSAF NETO, 2020).

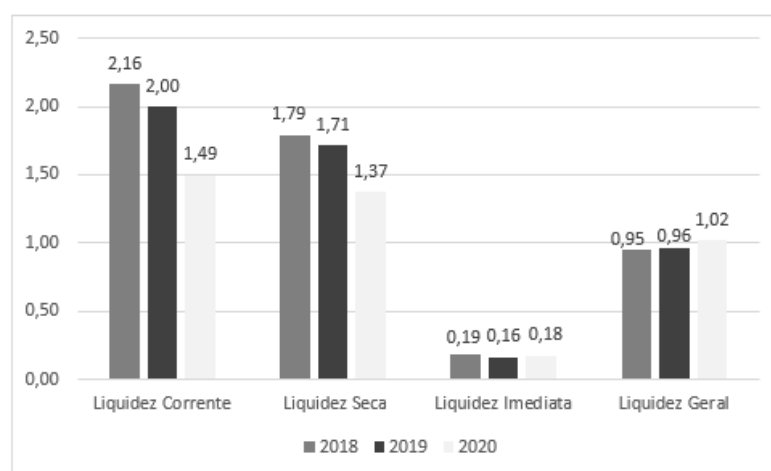
4.3 Análise dos Índices Econômicos e Financeiros

Após a análise horizontal e vertical, é fundamental demonstrar o desempenho econômico e financeiro por intermédio dos índices de liquidez, estrutura de capitais e rentabilidade dos anos analisados.

4.3.1 Índice de Liquidez

Os índices de liquidez servem para evidenciar a condição financeira da entidade, sendo assim são fundamentais para diagnosticar a capacidade de pagamento no curto e longo prazo, bem como indicar o nível de solidez financeira. O gráfico 1 abaixo mostra os resultados dos indicadores de liquidez da empresa nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Gráfico 1 – Índice de Liquidez de 2018, 2019 e 2020



Fonte: Elaborada pela autora à partir de dados da pesquisa

Sobre o índice de LC, Padoveze (2010, p. 217) afirma que “um ponto referencial é que este indicador deverá ser sempre superior a 1,00, sendo classificado como ótimo a partir de 1,50”. Sendo assim, a empresa possui uma boa capacidade de pagamento, já que nos três exercícios analisados o índice é maior que 1,00. Isso evidencia que os recursos de curto prazo

conseguem quitar seus compromissos e ainda sobra folga financeira de R\$ 1,16, R\$ 1,00 e R\$ 0,49 reais, respectivamente, em 2018, 2019 e 2020. Contudo, é importante destacar que o índice apresenta queda de 2,16 para 2,00, em seguida cai para 1,49, nos respectivos anos de 2018, 2019 e 2020 em virtude do aumento expressivo do Passivo Circulante.

No índice de liquidez seca, é realizado uma análise de liquidez mais rigorosa, desconsiderando os valores de estoques e despesas antecipadas. Os resultados obtidos apontam que os ativos de maior liquidez do Ativo Circulante conseguem arcar com as suas dívidas de curto prazo. Para cada R\$ 1,00 real de obrigações de curto prazo, a empresa tem R\$ 1,79, R\$ 1,71 e R\$ 1,37 reais de recursos disponíveis, respectivamente, nos períodos de 2018, 2019 e 2020. Com isso, nota-se que o índice demonstra queda ao longo dos anos analisados, logo necessita de maior atenção pelos gestores em razão da sua influência na solvência da empresa.

Acerca da liquidez imediata, Martins et al. (2020, p. 111) descrevem que “como as empresas, geralmente, mantêm poucos recursos alocados no grupo disponível, pois eles poderiam estar sujeitos aos efeitos inflacionários, o índice de liquidez imediata, quase sempre, é baixo”. Além disso, as empresas preferem manter seus recursos alocados em aplicações mais produtivas, como em estoques. Em vista disso, mesmo com o índice obtido sendo inferior a 1,00, tal fato não indica uma situação financeira desfavorável. Aliás, percebe-se que o indicador se manteve sem grandes variações percentuais entre os períodos examinados.

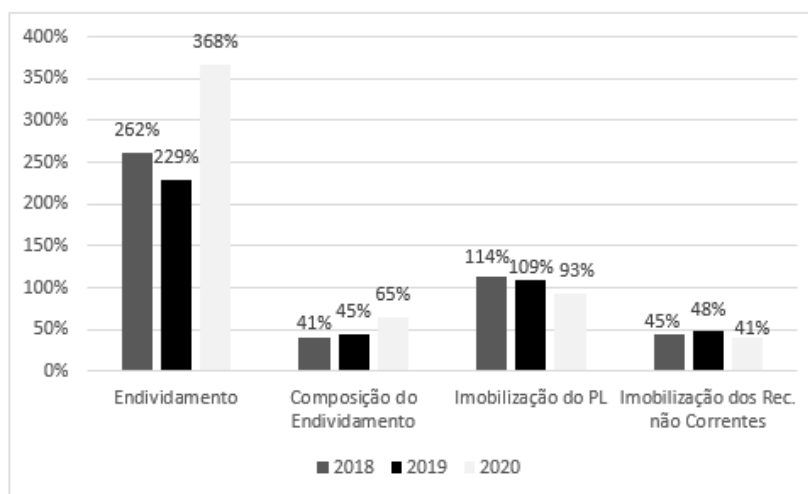
Salienta-se que a queda nos índices de liquidez corrente, seca e imediata ocorreu em razão do PC ter crescido de 4,4% para 251,5%, nos anos de 2019 e 2020. Contra uma redução de 3,5%, em 2019, do AC e um aumento de 142,9%, em 2020. Dessa maneira, as obrigações de curto prazo cresceram mais que os recursos disponíveis de curtíssimo prazo.

A respeito do índice de liquidez geral, verifica-se que a empresa está fortalecendo sua capacidade de pagamento a longo prazo, uma vez que os índices subiram de 0,95 para 0,96, em 2018 e 2019, logo depois aumentou para 1,02, em 2020. Então, verifica-se que o índice indica melhora entre os anos analisados, demonstrando uma tendência de solidez financeira no LP.

4.3.2 Índice de Estrutura de Capitais

Os índices de estrutura de capitais indicam o grau de endividamento da empresa, assim como a composição deste. O gráfico 2 exhibe os dados obtidos da empresa sobre os indicadores de estrutura de capitais, referente aos anos de 2018, 2019 e 2020.

Gráfico 2 – Índice de Estrutura de Capitais de 2018, 2019 e 2020



Fonte: Elaborada pela autora à partir de dados da pesquisa

Analisando-se o gráfico 2, é possível reconhecer que o índice de endividamento indica dependência a recursos de terceiros, uma vez que o nível de participação de capitais de terceiros aumentou de 262% para 229%, em seguida subiu para 368%, respectivamente, em 2018, 2019 e 2020. Esse aumento se deu pela evolução percentual de 251,5% no Passivo Circulante e 28,9% no Passivo Não Circulante, em 2020. É necessário frisar que a redução da liquidez corrente está conectada com o crescimento expressivo do endividamento, visto que o aumento da captação de recursos com terceiros impactou a solvência financeira. No entanto, embora o grau de endividamento seja alto, a empresa não apresenta preocupações acerca da capacidade financeira de saldar seus compromissos, sendo assim, consiste em um endividamento que recorre aos recursos financeiros de terceiros para realizar investimentos no ativo (MARTINS et al., 2020; MARION, 2019).

O índice de composição do endividamento expõe um crescimento das obrigações de curto prazo em relação as dívidas totais, o percentual foi de 41% para 45%, nos respectivos anos de 2018 e 2019, depois alcançando 65%, em 2020. Essa situação acontece em razão das obrigações de curto prazo terem crescido mais que as obrigações de longo prazo. A concentração de dívidas no curto prazo representa um quadro desfavorável para a empresa, visto a dificuldade em gerar recursos para cumprir suas obrigações em um curto espaço de tempo, principalmente em um momento de crise (RIBEIRO, 2018; MARTINS et al., 2020).

Quanto ao índice de imobilização do Patrimônio Líquido, observa-se que, em 2018, a empresa investiu 114% dos recursos próprios no Ativo Fixo; em 2019, esse percentual reduziu

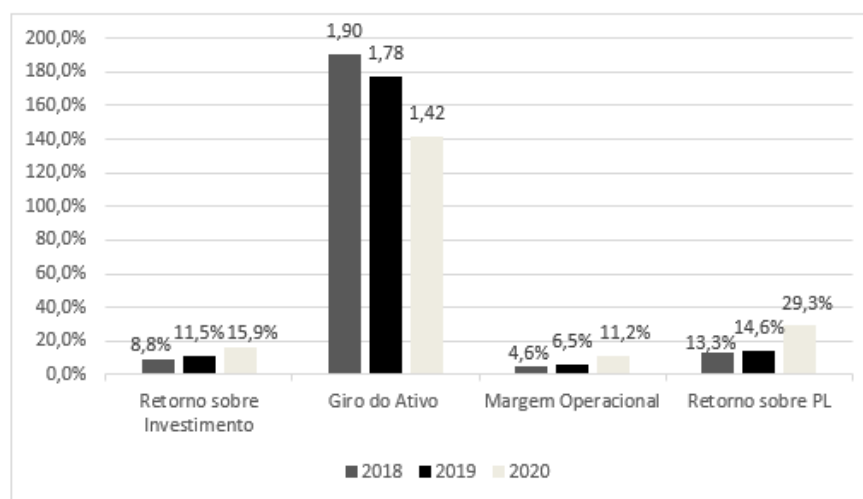
para 109%, posteriormente atingindo 93%, em 2020. Isso revela que a maioria do capital próprio foi investido no Ativo Permanente, logo, a empresa depende de recursos de terceiros para custear seu Ativo Circulante, consequentemente, a empresa não dispõe de liberdade financeira em relação às suas operações (RIBEIRO, 2018).

No que se refere ao índice de imobilização dos recursos não correntes, o gráfico mostra que a empresa destinou, em 2018, 2019 e 2020, 45%, 48% e 41% dos recursos próprios e, de longo prazo, para os ativos de menor liquidez, indicando redução de aplicações dos recursos não correntes no financiamento do Ativo Fixo. Todavia, como o quociente do índice é inferior a 100%, considera-se que o patrimônio líquido e o exigível de longo prazo são suficientes para cobrir os investimentos nesse ativo (SILVA, 2019).

4.3.3 Índice de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade apontam a situação econômica da entidade, ou seja, sua lucratividade com os capitais investidos. O gráfico 3 apresenta os indicadores de rentabilidade adquiridos na coleta de dados entre os períodos de 2018, 2019 e 2020.

Gráfico 3 – Índice de Rentabilidade de 2018, 2019 e 2020



Fonte: Elaborada pela autora à partir de dados da pesquisa

Antes de iniciar o exame dos indicadores, é importante destacar que no período de 2018 foi utilizado dados do Balanço Patrimonial do ano de 2017 devido a necessidade de usar informações do ano anterior para calcular os indicadores.

Conforme observado no gráfico 3, o índice de retorno sobre investimento obteve aumento percentual de 8,8% para 11,5%, em 2018 e 2019, chegando a atingir 15,9%, em 2020.

Isso significa que a empresa apresenta boa capacidade de capitalização de seus investimentos, dado que consegue elevar o potencial de gerar lucro. É fundamental, para as empresas, estabelecer o tempo necessário de retorno do capital investido, com base na lucratividade anual. Em 2018, a empresa em estudo precisaria de onze anos para dobrar o seu ativo, contando apenas com os lucros obtidos. Já, em 2019, o período reduz para oito anos. Enquanto que, em 2020, demoraria pouco menos que seis anos (MATARAZZO, 2010; RIBEIRO, 2018).

O índice de giro do ativo aponta que para cada R\$ 1,00 real investido, a empresa vendeu R\$ 1,90, R\$ 1,78 e R\$ 1,42 reais nos respectivos anos de 2018, 2019 e 2020. Essa redução nos índices, ocorre em virtude do aumento acentuado do investimento em relação as vendas. Nesse índice, o ideal é obter um quociente superior a 1,00, porque isso mostra que o volume de vendas é suficiente para suprir os custos e, ainda, proporcionar lucratividade. Portanto, mesmo com decréscimo no índice, a empresa possui uma boa rotatividade do seu ativo (RIBEIRO, 2018).

A respeito do índice de margem operacional, pode-se destacar que houve um aumento percentual relevante de 4,6% para 6,5%, nos respectivos anos de 2018 e 2019, chegando a alcançar 11,2%, em 2020. Esse aumento se deve ao crescimento significativo do lucro líquido. Nessa circunstância, a empresa manteve as vendas e a lucratividade em acréscimo, demonstrando um desempenho satisfatório para a continuidade dos negócios (MATARAZZO, 2010).

Por fim, o índice de retorno do patrimônio líquido estabelece que a taxa de rendimento do capital próprio obteve aumento de 13,3% para 14,6%, em 2018 e 2019. Em 2020, o percentual cresceu para 29,3%, sendo assim é evidente que a empresa teve capacidade de remunerar os sócios pelo seu capital investido. Dessa forma, os recursos próprios foram aplicados de maneira eficiente para proporcionar rentabilidade aos sócios (MARTINS et al., 2020).

5 Considerações Finais

Considerando o exposto ao longo deste trabalho, pode-se concluir que a empresa Grão na Mesa Ltda apresenta boa capacidade financeira, com recursos suficientes para quitar seus compromissos. No entanto, possui dependência a recursos externos, sobretudo no curto prazo, que ocasiona menor liberdade da empresa sobre as decisões financeiras.

Ademais, sua condição econômica encontra-se favorável com melhoria no seu potencial de geração de lucros com base nos investimentos realizados no ativo da entidade,

bem como demonstra crescimento na produtividade dos ativos, aumento da lucratividade obtida e significativo rendimento aos sócios.

Diante disso, é recomendável que a organização execute uma boa administração de suas dívidas com aumento na qualidade de suas obrigações por meio da transferência do endividamento do curto prazo para o longo prazo, pois isso proporcionaria melhora na gestão de seus compromissos de curto prazo devido que teria mais tempo para saldar seus passivos.

Com os resultados da pesquisa, fica evidente que o objetivo geral foi alcançado, visto que foi possível demonstrar o desempenho econômico-financeiro nos períodos examinados. O mesmo ocorre com os objetivos específicos, dado que houve o exame das tendências das principais contas dos demonstrativos, o diagnóstico da liquidez, a caracterização do perfil de endividamento e a apresentação da rentabilidade dos capitais investidos.

Ademais, o questionamento do estudo foi respondido na análise dos dados coletados, onde fica evidenciado que a empresa obteve um desempenho satisfatório acerca da capacidade de pagamento das obrigações de curto e longo prazo, bem como no rendimento sobre investimentos efetuados no ativo e no patrimônio líquido. Contudo, insatisfatório quanto ao nível do endividamento, posto que indica tendência de aumento nos períodos analisados.

É importante destacar que a pesquisadora não teve acesso as informações internas da entidade, por isso não foi realizada uma análise mais elaborada das demonstrações, dado que informações úteis que se encontram relacionadas nos relatórios internos da empresa não foram consultadas, tal fato prejudica compreender em profundidade os aspectos do desempenho da empresa como, por exemplo, a necessidade do aumento de endividamento no curto prazo.

Com isso, para pesquisas futuras, sugere-se uma análise com outras empresas do mesmo segmento de atuação para estabelecer características, tendências e índices-padrão do setor. Além de aprofundar mais na avaliação, usando outros indicadores, como de atividade e de capital de giro. Em suma, cabe ressaltar que a análise das demonstrações financeiras consiste em uma importante ferramenta para as empresas, principalmente no processo decisório e no planejamento financeiro.

Referências

ASSAF, A. N. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

- BAZZI, S. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.
- MARTINS, E. et al. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análises de balanços**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- RICHARDSON, R. J. e PFEIFFER, D. K. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- SILVA, A. A. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.
- TAKAHARA, N. **PIB de MT apresenta segunda maior taxa de crescimento do Brasil, segundo IBGE**. Governo de Mato Grosso. Mato Grosso, 12 nov. 2021. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/18376769-pib-de-mt-apresenta-segunda-maior-taxa-de-crescimento-do-brasil-segundo-ibge#73>. Acesso em: 17/12/2022.

Data de Submissão: 07/01/2023

Data de Aceite: 07/06/2023